

FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

# CONIMBRIGA

*VOLUME XVII*



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1978

antes empobrecido. A noção seria esclarecida por um estudo comparativo estendido a outras províncias do império romano» (...)

Convite aliciante, aliás como outras expressões nestas páginas, a que se avance nas relações temáticas em áreas geográficas diferentes neste complexo mundo ocidental.

Para as Hispânicas, os estudos de J. L. Vasconcelos, de S. Lambrino, de J. M. Blasquez, J. d'Encarnação, entre outros, oferecem-nos já algumas boas visões sobre várias das questões fundamentais, mas falta-lhes ainda, numa maneira geral, uma sólida estruturação ensaística, como a conseguida no presente volume.

Resta, por fim, fazer o reconhecimento do bom estímulo que esta obra constitui para realizações congêneres, num domínio que se nos afigura dos mais frutuosa para o conhecimento da História antiga.

JOSÉ MANUEL GARCIA

JEAN-PIERRE MARTIN, *Le siècle des Antonins — Documents Histoire 20*  
Presses Universitaires de France, Vendôme, 1977, 151 pp.

O objectivo deste livro é o da apresentação e exposição de uma série de documentos literários e epigráficos concernentes a um período da História, que por vezes é conhecido com a designação de «século dos Antoninos». Trata-se, sem dúvida, dum projecto ambicioso que tem à partida a limitação de estar reduzido a um tão pequeno número de páginas. Na verdade uma conjuntura tão vasta como importante e diversificada, requeria a inserção dum volume de textos bem mais considerável.

A obra está basicamente dividida em quatro partes — uma primeira serve de introdução, outra tem a documentação, uma terceira os «pontos de vista», e uma última apresenta um quadro genealógico dos imperadores, uma cronologia, referências sobre os autores dos documentos e elementos bibliográficos.

Na introdução são esboçadas algumas das questões mais importantes referentes aos imperadores, à *pax romana*, à sociedade, à administração e às vidas económica, religiosa e intelectual. No entanto, a brevidade com que é feita deixa em aberto muitos problemas, a começar pelo que dá o título ao livro, isto é, até que ponto está correcta a expressão «século dos Antoninos». Ela encerra sensíveis dificuldades na definição da sua unidade histórica, dificuldade essa idêntica à de outros «séculos», como os de Augusto ou de Luís XIV. Na verdade, e, se alguns elementos intrínsecos poderão convergir e apontar características comuns nas diversas estruturas da formação económico-social durante o espaço de tempo que vai de 96 a 192 d.C., não deixam contudo de ser perceptíveis a sua evolução e transformações, apontando por um lado, para uma forte relação com o séc. I, com que forma a fase do «alto

império», mas por outro, e particularmente, depois de meados da sua 2.<sup>a</sup> metade, mostrando já as raízes ou os prenúncios da conjuntura da crise que irá dominar o Império durante o séc. m.

A importância deste período é deveras notória pois é, então, que no dizer de E. Albertini, «a civilização antiga se estende mais largamente no espaço e toca o maior número de homens» (*Vempire Romain*, 4.<sup>a</sup> ed., 1970, Paris, p. 218). A expansão e aprofundamento do processo da romanização é na verdade muito sensível, verificando-se nesta época, embora atendendo sempre aos diferentes graus de desenvolvimento regional, uma razoável prosperidade que a torna, no dizer expressivo e com sentido voltairiano de E. Albertini, «o menos mau dos mundos possíveis da Antiguidade» (citado na p. 122 da obra que comentamos). Este período servirá ainda, segundo a observação de J. P. Martin para «referência às gerações futuras, porque ele tem um valor moral e político devido à sua unidade, ressentido por todos desde a sua desapareição e tornado, no séc. m, um dos temas da propaganda imperial» (p. 9).

A introdução, que serve sobretudo como factor de elaboração e integração de parte dos dados da documentação e dos «pontos de vista», tem também o grande interesse de ser uma síntese actualizada deste espaço de tempo.

Os documentos são apresentados segundo um esquema idêntico ao da parte introdutória, onde reina o equilíbrio dos diversos temas, que versam: os imperadores, tendo-se em atenção as circunstâncias da sua chegada ao poder, algumas das características pessoais ou da sua actuação, a sucessão e a titulação; o exército e os acontecimentos militares, reproduzindo as facetas da guerra das Dácias e dos Partas, levadas a cabo por Trajano, os cuidados de Adriano com o exército e as campanhas de Marco Aurélio; a administração e a sociedade, procurando-se observar alguns dos aspectos legislativos, sociais, administrativos e referentes à cidadania romana; a economia, transcrevendo-se alguns dos mais representativos testemunhos com relevo para a epigrafia, como os *alimenta* de Trajano, o regulamento do *fundus* da *Villa Magna Variana*, a *lex Metallis dicta* de *Vipasca* e outros; a restante documentação refere-se a problemas religiosos, onde o cristianismo tem um papel assinalável.

As obras e autores de que foram recolhidos textos, são sem dúvida os mais significativos para esta época — Plínio o Jovem, História Augusta, Díon Cássio, Marcial, Élio Aristides, Apuleio, Aulo-Gélio, Díon da Prússia, Eusébio de Cesareia, Frontino, Gaio, Justino, Luciano. A epigrafia ocupa também um lugar de grande relevo. Pode-se concluir, pois, que a selecção da documentação obedeceu a critérios seguros, permitindo um melhor conhecimento e fácil acesso a algumas das passagens mais importantes da História Romana desta época, a que reportam muitos outros trabalhos. As edições donde foram retiradas as traduções são das mais conceituadas.

Quanto aos «pontos de vista», há que considerá-los como bons exemplos da diversidade de perspectivas a que se pode chegar no tratamento de alguns assuntos. Estes, contudo, estão pouco variados e falta-lhes uma mais íntima relação com a organização da temática das duas partes anteriores, aparecendo aqui apenas cinco aspectos: a opinião de Montesquieu e Gibbon sobre este

período; a questão do ouro da Dácia; a controvérsia em torno do valor do imperador Antonino; o importante problema da sucessão imperial (o mais desenvolvido) e, em íntima conotação com o anterior, o caso da elevação de Cómodo ao imperialato. Daqui se vê que a tão complexa como relevante problemática económico-social deste século, visto, nomeadamente, nas suas perspectivas globais, não está presente, (exceptuando o 2.º aspecto referido) e sem dúvida que o livro ganharia muito mais interesse e alcance se recolhesse algumas observações de especialistas actuais sobre o tema, em vez de efectuar a antologia de opiniões de autores antigos como Montesquieu, Ed. Gibbon, V. Duruy, V. Lacour-Gayet, Le Nain de Tillemont, E. Renan. Esta opinião contudo não invalida evidentemente o valor destes autores ou das opiniões transcritas de grandes historiadores como J. Carcopino, H. G. Pflaum, Th. Mommsen, C. Jullian, J. Bevinger sobre os assuntos referidos. Ainda sobre os problemas da sucessão, que merece tanta atenção a J. Martin, teria sido positiva a expressão de outras opiniões mais recentes, como por exemplo a conclusão de P. Petit — «É pois evidente que o principado chama a hereditariedade, apesar das aparências republicanas dos seus inícios. O poder de um só é sempre de tendência monárquica e hereditária (*La Paix Romaine*, Paris, 2.ª ed., 1971, p. 132).

A bibliografia está reduzida a 37 títulos, que são sem dúvida os mais importantes e que apontam para outras obras sobre estes problemas.

Este livro serve sobretudo de apoio documental, já que os comentários, quer do autor quer de outros historiadores apresentados, apenas exemplificam alguns pontos da temática. Há no entanto que observar, que outros trabalhos com características idênticas a este, como a obra de G. Charles Picard e J. Rougé — *Textes et documents relatifs à la vie économique et sociale dans l'Empire Romain (31 avant J. c-225 Après J. C.)*, Paris, 1969, ou os livros da colecção U<sub>2</sub>, se apresentam com uma perspectiva didáctica mais completa.

Podemos concluir, salientando a utilidade e interesse desta divulgação, no aperfeiçoamento dos conhecimentos de maiores camadas de pessoas, que se começam a debruçar mais atentamente sobre as questões que se levantam ao estudar esta época histórica, que mais ou menos justamente se considera como a do apogeu do Império.

JOSÉ MANUEL GARCIA